

PAULO MOURA

**25 NO
VEM
BRO**

O RETRATO DE UM PAÍS DIVIDIDO







PAULO MOURA

25 DE NOVEMBRO

O retrato de um país dividido





Penguin
Random House
Grupo Editorial

25 DE NOVEMBRO

O retrato de um país dividido

Copyright © Paulo Moura, 2025

© desta edição:

2025, Penguin Random House Grupo Editorial, Unipessoal, Lda.

Objectiva é uma chancela de

Penguin Random House Grupo Editorial

Rua Alexandre Herculano, 50, 3.º, 1250-011 Lisboa, Portugal

correio@penguinrandomhouse.com

penguinlivros.pt

A Penguin Random House valoriza e defende a proteção da propriedade intelectual. Os direitos de autor promovem a criatividade e a liberdade de expressão. Ao adquirir uma edição autorizada deste livro — não reproduzindo, digitalizando ou distribuindo nenhuma parte dele sem autorização —, está a respeitar a lei dos direitos de autor, a apoiar os escritores e a contribuir para que a Penguin Random House continue a publicar livros para todos os leitores. De acordo com o Decreto-Lei n.º 47/2023, de 19 de junho, a Penguin Random House reserva-se expressamente o direito de reprodução, uso ou leitura mecânica deste livro, para finalidades de prospeção textual ou de dados analíticos. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida, por qualquer processo, com o propósito de treinar tecnologias ou sistemas de inteligência artificial.

Em caso de necessidade, para temas relacionados com a segurança dos produtos,
escreva-nos para: rgsp.pt@penguinrandomhouse.com

Edição: Eurídice Gomes

Coordenação editorial: Catarina Sabino

Revisão: Rui Augusto

Paginação: Patrícia Boleto

Capa: Carolina Leonardo / Wonder Studio

Fotografia da capa @ Keystone Press/Alamy Stock Photo/Fotobanco.pt

Imagem das páginas de guarda (frente) © Jean-Paul Paireault/Bridgeman Images/Fotobanco.pt

Imagem das páginas de guarda (verso) © Marques Valentim/Fotobanco.pt

1.ª edição: novembro de 2025

Depósito legal: 554760/25

ISBN: 978-989-583-573-7

Esta obra foi composta em Whitman
e impressa sobre papel Holmen Book Cream 70 g 1.8

Impressão e acabamento: AGIR

OB35737

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Celebrar a desunião	9
---------------------------	---

CAPÍTULO 1

A Bajouca	13
-----------------	----

CAPÍTULO 2

O mistério das forquilhas	27
---------------------------------	----

CAPÍTULO 3

O 25 de Novembro	41
------------------------	----

CAPÍTULO 4

O fim da luta de classes	59
--------------------------------	----

CAPÍTULO 5

O Governo contra o povo	75
-------------------------------	----

CAPÍTULO 6

A direita «cancelada»	83
-----------------------------	----

CAPÍTULO 7

O 25 de Novembro: a celebração da vingança	99
--	----

CAPÍTULO 8

As pessoas já eram racistas, mas ninguém lhes perguntou	111
---	-----

CAPÍTULO 9

A esquerda não existe	123
-----------------------------	-----

CAPÍTULO 10

O império do Bem	137
------------------------	-----

CAPÍTULO 11

Como viver sem um império?	155
----------------------------------	-----

CAPÍTULO 12

A maioria não queria a revolução	165
--	-----

CAPÍTULO 13

Nós somos assim	173
-----------------------	-----

INTRODUÇÃO

Celebrar a desunião

Comemorar significa lembrar em conjunto. Trazer à memória algo que nos foi comum e que nos une. Comemorar uma data é transformá-la num símbolo de união.

Há efemérides, festas e feriados religiosos que unem pessoas da mesma crença. O mesmo acontece num partido político, num clube de futebol, numa associação recreativa, numa família. Datas simbólicas reforçam os vínculos entre os elementos do grupo.

As nações também comemoram as suas datas. Fazem-no para se manterem unidas, celebrando princípios e valores em que todos se reconhecem. É uma prática essencial. Dela depende a própria identidade da nação, a própria sobrevivência.

O 25 de Abril é uma dessas datas. Seguramente a mais importante no Portugal contemporâneo. Marca o fim de um regime e o início de outro, e representa isso mesmo: o novo país em que passámos a viver. É a bandeira desse país novo.

É certo que, um ano e meio depois, Portugal estava profundamente dividido. Forças de esquerda e de extrema-esquerda reivindicavam uma legitimidade revolucionária para impor um regime socialista, totalitário, de economia estatizada. Os sectores da direita e da extrema-direita pugnavam por uma democracia liberal, capitalista, eventualmente neo-colonial. E apoiavam-se numa legitimidade eleitoral.

Nas vésperas do 25 de Novembro, os líderes do PS, PPD e CDS tinham fugido para o Porto, prevendo que a guerra civil, contra a «comuna de Lisboa», ia começar.

Não se sabe quem deu o pontapé de saída do 25 de Novembro. Se a esquerda quis tomar o poder, com a ocupação das bases aéreas pelos paraquedistas, ou se apenas escorregou na «casca de banana», dando pretexto à direita para atacar. Não se sabe e, provavelmente, nunca se saberá.

O que se sabe é que, com a operação lançada por Ramalho Eanes e concretizada, principalmente, pelo Regimento de Comandos de Jaime Neves, ficou tudo resolvido.

A extrema-esquerda desistiu de tomar o poder por via não eleitoral; a extrema-direita conformou-se em perder as «províncias ultramarinas»; o PCP sobreviveu, na condição de aceitar o jogo da «democracia burguesa»; os partidos do centro, PS e PPD, assumiram o «arco da governação».

Começou uma nova fase, que, na verdade, não foi mais do que um regresso ao plano inicial do 25 de Abril. E que incorporou as conquistas do Processo Revolucionário em Curso (PREC): uma constituição moderna e progressista, liberdade de expressão, eleições livres por sufrágio direto e universal, direito de associação e de manifestação, abolição da censura, fim da Guerra Colonial, descolonização, direito a greve e à organização de sindicatos, segurança social, reconhecimento do direito à saúde e à educação, salário mínimo nacional, direito a férias e subsídio de férias, subsídio de desemprego, igualdade da mulher perante a lei, subsídio de maternidade, e tantos outros direitos e liberdades, de cuja efetividade já nem nos damos conta porque se tornaram naturais como o ar que respiramos. Tudo isso, e também as vitórias ulteriores (e as derrotas) é património de Abril.

O 25 de Novembro foi um momento decisivo. Um golpe previsível, de tão necessário. Tão importante, que não tinha como não acontecer. Tão inevitável, que parece ter acontecido sozinho.

Tudo começou com a ocupação das bases aéreas pelos paraquedistas, mas não se sabe quem deu essa ordem. Nem os paraquedistas perceberam que quase provocaram a guerra civil. Também não é certo quem a evitou. O presidente Costa Gomes, que manteve todos os protagonistas a seu lado, em Belém, para lhes retirar a iniciativa? Vasco Lourenço, que não permitiu a debandada para o Norte, que dividiria o país em dois exércitos

inimigos? O superpoderoso Otelo, que, no momento em que se esperava que assumisse a liderança das forças da esquerda, foi para casa dormir?

É uma data fascinante, sobretudo pelos seus mistérios. Uma data obscura, propícia a teorias da conspiração e a narrativas históricas alternativas. É um desafio para os historiadores, um santuário para os ressentidos do último meio século.

Mas não tem luz própria. Falta-lhe autonomia histórica e simbólica. É uma sequela do 25 de Abril. Esse, sim, brilha no escuro.

É por isso que não se pode celebrar o 25 de Novembro sem trair o 25 de Abril. Celebrar Novembro é pretender conotar Abril com a esquerda. Entregá-lo a uma facção, uma parte dos portugueses, promovendo a deserção da outra parte para uma tribo hostil.

Celebrar o 25 de Novembro é celebrar a divisão do país. E isso é inédito e estranho. Não se celebra a desunião de um país.

Isto foi o ponto de partida deste livro. Que divisão, que fratura, representa hoje o 25 de Novembro? Quem se sente representado por essa data? Os excluídos da revolução? Que espaço seria preciso abrir no 25 de Abril para lá cabermos todos? Até que ponto a eclosão da extrema-direita é uma desforra de salazaristas amordaçados? Serão as divisões contemporâneas ecos de cisões atávicas ou uma importação automática das guerras culturais que têm irrompido nos Estados Unidos? Qual o preço de não termos feito uma reflexão sobre o nosso passado totalitário e colonial? Quais são as verdadeiras e quais são as falsas divisões? São insanáveis, umas e outras? Que rasto deixou esta data no nosso imaginário histórico? Que papel ainda lhe está reservado?

Para refletir sobre estas questões quis, antes de mais, descobrir o 25 de Novembro do povo. O que aconteceu longe das grandes cidades? Na região de Leiria, junto à base aérea de Monte Real, a população saiu à rua. O que a motivava? Depois, decidi pedir ajuda. Falei com historiadores, sociólogos, politólogos, ou quem eu sentisse que poderia ser útil em cada momento desta espécie de viagem. Na verdade, uns entrevistados levaram-me aos outros, ao sabor do próprio pensamento. Nada foi planeado.

Irene Flunser Pimentel, historiadora do 25 de Novembro e a sua época, explicou-me por que razão nunca chegaremos a saber exatamente o que se passou, e como isso se deve às perspetivas irredutíveis das várias partes.

Para Manuel Carvalho da Silva, a grande divisão do país, que vinha de trás, era só uma: entre o poder e o povo. Mas Miguel Real diz que, até muito tarde na História, o povo, enquanto ideia ou conceito, não existia.

Jaime Nogueira Pinto lembrou que a extrema-direita não desapareceu. Para ele, comemorar o 25 de Novembro é celebrar um país onde a direita também existe. Marina Costa Lobo notou que sempre houve opiniões de extrema-direita entre muitas pessoas. Não sabíamos, porque não lhes tínhamos perguntado.

O 25 de Novembro, quem diria, vai alimentar as guerras culturais que vêm da América, diz João Ferreira Dias. E que tem o lusotropicalismo que ver com o atual racismo contra imigrantes? Diogo Pacheco de Amorim ajuda a responder. Eduardo Lourenço também.

Maria João Avillez recorda que já não há políticos como dantes, e isso torna as ideias e as convicções mais frágeis e voláteis. Mas a divisão de que importa falar, diz ela, é a que separa ricos e pobres. Por isso fui falar com José António Pinto, o *Chalana*, um assistente social diferente dos outros, de Campanhã.

Sobre estas pessoas, que, ao falarem comigo, se prestaram a um exercício tão admirável quanto arriscado, tenho um esclarecimento a fazer. O livro é delas, obviamente, mas isso não as vincula ao que foi dito nestas conversas, que não devem ser lidas como entrevistas, no sentido jornalístico, mas como reflexões em conjunto.

O que ficou expresso não representa necessariamente as opiniões definitivas, nem dos entrevistados, nem do entrevistador. Falámos de forma caótica, indisciplinada, como se ninguém estivesse a ouvir, numa quase associação livre de ideias, sem compromisso, sem rede.

Pedi-lhes que me ajudassem a pensar, e eles, com uma humildade e generosidade que nunca conseguirei agradecer o suficiente, não recusaram.

CAPÍTULO 1

A Bajouca

Afinal, o que define um herói? Antes de mais, uma comunidade. Precisamos de um grupo humano com algo em comum, um sentido de pertença e, digamos, um destino. A seguir, é necessária uma crise. Uma circunstância de viragem, geradora de incerteza, desorientação. Por fim, só falta alguém que saiba o que fazer. Que não fique paralisado e não vacile. Pouco importa se está certo ou errado: se age, é o herói.

Depois, tudo depende da capacidade do grupo em reconhecer, acarinhar e preservar o seu herói. Nisso, a aldeia da Bajouca, 30 quilómetros a norte de Leiria, foi impecável.

E por essa razão me fiz à estrada, na companhia de um advogado de Leiria, João Cunha, à procura de José Soares, o herói do 25 de Novembro, natural da Bajouca.

Há cinquenta anos, estas estradas não eram asfaltadas, as aldeias não tinham eletricidade nem saneamento básico. O progresso, o desenvolvimento, as conquistas da democracia são bem mais visíveis aqui do que nesse espelho do país moderno que são as cidades do litoral.

Quando se chega à Bajouca, vindo de Leiria, passando por Monte Real, a Estrada Municipal 531 transforma-se na Rua dos Voluntários do 25 de Novembro, a artéria principal da aldeia, que segue até à igreja matriz, hoje totalmente renovada, tal como a generalidade das casas e dos edifícios públicos.

Na origem do intenso processo de modernização estão as poupanças de várias gerações de emigrantes em França, mas também o espírito de iniciativa, a fibra da população bajouquense, que, por exemplo, além

de outras façanhas e à custa de donativos e horas de trabalho, conseguiu construir o espaçoso e bem equipado centro de saúde que serve atualmente a população.

Perto da igreja, de arquitetura contemporânea, situa-se a sede da Junta de Freguesia, uma casa branca com dois andares e um alpendre, à frente do qual se ergue um painel de azulejos com imagens evocativas do acontecimento que colocaria a Bajouca na História.

O painel, na verdade, divide-se em dois. O primeiro mostra um grupo de camponeses envergando ancinhos e forquilhas (um deles empunha uma motosserra), manifestando-se junto à porta de armas da Base Aérea n.º 5 (BA5), em Monte Real. No outro, um conjunto de mulheres e de velhos reza na igreja.

Aposta está uma placa, onde pode ler-se: «O valente povo da Bajouca juntou-se no largo da Igreja com as armas que tinha e marchou em direção à BA5, em Monte Real, para defender a democracia. Quem menos podia ficou na igreja a rezar para que tudo terminasse em paz.»

Entrámos para perguntar por José Soares, o herói daquele momento mítico de 1975. Indicaram-nos o caminho para a sua casa. Não estava lá; fomos encontrá-lo num terreno agrícola, onde costuma trabalhar, umas centenas de metros adiante.

É um homem magro, seco, de pele tisonada, olhar vivo, modos algo bruscos e uma energia surpreendente para os seus oitenta anos. Não perde tempo com cortesias. Pelo que, após um brevíssimo preâmbulo, fomos diretos ao assunto, como se houvesse apenas uma razão para me encontrar ali. Mergulhámos de imediato em novembro de 1975, naquele dia em que, na carpintaria onde trabalhava, recebeu um telefonema do amigo Tomás Oliveira Dias, dizendo que os paraquedistas haviam tomado a BA5, em Monte Real. Era preciso que o povo fosse para lá, «para fazer pressão», fazer tocar os sinos a rebato e ir para a base, «o mais rapidamente possível».

Oliveira Dias era uma figura importante na região. Dirigente do Partido Social Democrata (PSD), de que tinha sido fundador, era deputado da Constituinte e colaborador próximo de Sá Carneiro. Profundamente

católico, ligado à Igreja e à sua doutrina social, politicamente ativo já antes de 1974, integrou não só a Ala Liberal da Assembleia Nacional, mas também a Ação Nacional Popular (herdeira da União Nacional), através de cujas estruturas locais tentava envolver cidadãos na discussão dos problemas da região.

José Soares participava nessas reuniões, e foi lá que conheceu Tomás Oliveira Dias, que aprendeu a respeitar e com quem criou um vínculo de confiança e lealdade.

Após a Revolução de Abril e até à entrada em vigor da Constituição e à realização das primeiras eleições autárquicas, em 1976, o poder local foi representado por comissões administrativas, criadas para substituir os presidentes de câmara e de junta, que por altura do Estado Novo eram nomeados pelo Governo. As novas comissões municipais não deixavam de ser de nomeação governamental, embora a sua composição refletisse a correlação de forças partidárias em cada região.

Integravam as novas estruturas militantes e ativistas dos partidos, sindicalistas, membros de comissões de moradores, militares indicados pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), na miscelânea de interesses, projetos, ideologias, vaidades, lealdades, promiscuidades e relações de dependência, que viria a marcar o poder local nas décadas seguintes.

De certa forma, foi preservada até hoje uma espécie de feudalismo, uma fidelidade a velhos e novos caciques, aos nomes sonantes e às famílias com pergaminhos de cada região.

Quando José Soares atendeu o telefonema de Tomás Oliveira Dias, nem lhe passou pela cabeça questionar o seu pedido. Mandou tocar os sinos da igreja, percorreu a aldeia até encher a furgoneta. Depois foi levando manifestantes até à base aérea, às carradas, 50 pessoas de cada vez, ir e vir sem parar, até às 8 da noite.

O alarme fora dado a meio da manhã do dia 25 de novembro, quando a mulher de Fernando Seabra, comandante da BA5, telefonou a Tomás Oliveira Dias. «O meu marido está sitiado por revoltosos paraquedistas e pede uma mobilização do povo, para tentar resolver isto através da pressão popular», disse ela.

Às primeiras horas da manhã, os paraquedistas tinham ocupado as bases aéreas de Monte Real, Montijo, Tancos e Monsanto. E também o Estado-Maior da Força Aérea e a sede da Primeira Região Aérea.

Até hoje, não se sabe ao certo por que razão o fizeram, nem a mando de quem. Mas foi o início de uma cadeia de acontecimentos que levaria à vitória do sector moderado e a uma irreversível inflexão no processo revolucionário e democrático iniciado a 25 de abril do ano anterior.

Na altura, as razões aduzidas para as ocupações foram confusas e contraditórias. Uns disseram que era uma forma de protesto contra a demissão de Otelo Saraiva de Carvalho como comandante da Região Militar de Lisboa (RML), substituído por Vasco Lourenço. Esta é a motivação de carácter político: Otelo era o símbolo das forças de esquerda, desde o PCP até aos mais extravagantes grupos extremistas; Vasco Lourenço representava os moderados e a direita. A nomeação deste para a RML significava, portanto, um golpe da direita, a que os paraquedistas reagiam em protesto, ocupando as bases aéreas.

O outro motivo era de carácter corporativo. Na sequência de um conflito entre os paraquedistas e os seus chefes hierárquicos, o chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Morais e Silva, ordenou a passagem à reserva de 1200 paraquedistas da Base-Escola de Tancos. E logo a seguir transferiu os sargentos paraquedistas para o Exército ou a Força Aérea. Na prática, isto significava um desmantelamento da força de paraquedistas, lançando muitos deles na incerteza ou no «desemprego».

Uma coisa é certa: a julgar pelas consequências que teve, ou se tratou de um golpe da esquerda, ou os paraquedistas foram enganados.

Na base aérea de Monte Real, a ocupação ocorreu na madrugada do dia 25 de novembro. Um pelotão de 25 paraquedistas armados ocupou a base e prendeu o seu comandante, Fernando Seabra. Outros 25 militares da base juntaram-se aos ocupantes, perfazendo um total de 50 revoltosos.

Quando a mulher de Fernando Seabra telefonou a Tomás Oliveira Dias, este tratou logo de contactar outros dirigentes do PSD, entre os quais António Zúquete, e também os líderes do Partido Socialista (PS),

como Mário Matias. Este já tinha sido avisado por um civil que trabalhava na base, ligado aos socialistas. Os dirigentes dos dois partidos reuniram-se na sede do PS, segundo Zúquete, embora Matias apenas se lembre de terem falado ao telefone, não de uma reunião formal. O facto é que concertaram a ação, de forma a mobilizarem o maior número possível de pessoas para a porta da BA5.

«O Tomás Oliveira Dias telefonou-me a dizer que os paraquedistas tinham tomado a base aérea, prendido o comandante e sequestrado todo o pessoal militar. Então liguei para o PS, fizemos uma reunião, onde estava eu, o Tomás Oliveira Dias e o João Eliseu, e decidimos que cada partido fazia a sua operação», contou-me António Zúquete. «Nós mobilizámos as nossas pessoas, eles fizeram o mesmo. Decidimos fazer tocar os sinos a rebate, nas igrejas de todas as aldeias, e mandar toda a gente para a base. A informação correu rapidamente, as pessoas já sabiam que a base fora ocupada, mas ao ouvir os sinos sabiam que era para correr para a base, para apoiar os militares sequestrados.»

Almocei com António Zúquete num restaurante em Leiria. Com oitenta e um anos apumados e estatura avantajada, envergava um blusão vermelho, conferindo-lhe um ar entre o desportivo e o aristocrático, que denunciava desde o primeiro momento autoconfiança e pergaminhos na família.

«Nós pedíamos às pessoas para se deslocarem para a base e elas responderam rapidamente. Andámos de carro, sem qualquer símbolo do PSD visível, com altifalante, a dizer: “Todos para a base.” E a apelar ao encerramento do comércio. Fizemos telefonemas, passámos a palavra, e a informação circulou, rapidinha. Começámos a ver filas de camionetas, tratores, tudo a caminho da base. E as lojas a fecharem, as escolas a fecharem. Foi uma coisa extraordinária.»

Por seu turno, Mário Matias, dirigente do PS, fazia o mesmo. Após ter recebido a informação sobre o que se passava na base e ter falado com os líderes do PSD, foi buscar uma aparelhagem sonora à sede do PS, montou-a no seu próprio carro e partiu pelas ruas de Leiria e das aldeias em redor, apelando a uma manifestação junto à base aérea.

Mário Matias, contando na altura noventa anos, recebeu-me no magnífico edifício da Caixa de Crédito Agrícola de Leiria, a que presidia há quarenta e cinco anos.

«Percorri, sozinho, no meu carro, todas aquelas aldeias, principalmente as mais próximas de Monte Real, Bajouca, Carvide, Ortigosa, Carreira, Monte Redondo, Vieira. As populações das proximidades tinham mais carinho pela base, e seriam mais fáceis de mobilizar. Porque muita gente da zona tem alguém da família que trabalha na base, ou outro tipo de ligações. A base aérea veio dar vida àquela região.»

Terá certamente percorrido todas as freguesias das proximidades, à exceção, diga-se, das da Marinha Grande, vila operária, centro da indústria vidreira e bastião comunista desde as greves antifascistas de 1934. Durante o período revolucionário de 1974/75 (e depois), a Marinha Grande foi um reduto dos sindicatos operários e da esquerda, num distrito maioritariamente rural, dominado pelas forças moderadas e de direita.

Naquele dia 25 de novembro de 1975, em que os paraquedistas, com apoio da esquerda revolucionária, ocuparam a base aérea de Monte Real, vários carros, de pessoas ligadas ao PS e ao PSD, saíram, com ou sem altifalantes, avisando toda a população do concelho. Outros foram pelas aldeias fazer tocar os sinos. João Cunha, então com treze anos, hoje advogado, integrou um desses grupos.

«As aldeias são todas próximas, e quando toca o sino numa, ouve-se nas outras. Foi uma autêntica mobilização do concelho», contou ele. «Fizeram-se telefonemas para as freguesias dizendo que os comunistas e os paraquedistas revoltosos tinham ocupado a base aérea, e era preciso irem todos para Monte Real, defender a base e o seu comandante. As pessoas perceberam que a situação era de uma gravidade extrema. E perceberam que aquela ação dos paraquedistas em Monte Real era uma peça de um golpe global, em todo o país, para mudar o regime. E isso mobilizou-as. Sabiam exatamente ao que iam.»

João Cunha era muito novo, mas lembra-se de chegar à Sé, entrar pelo telhado, subir ao torreão e puxar as cordas dos sinos. Na maior parte

dos casos, lembra-se de chegar às igrejas e de os padres abrirem as portas para que o grupo acesse ao sino. Por vezes, bastava dizer que iam a mando do Sr. Tomás Oliveira Dias.

Tocar os sinos a rebate sempre foi uma prática do mundo rural, um aviso para juntar as pessoas na presença de uma emergência ou uma catástrofe. Mário Matias explicou-me essa função ancestral dos sinos nas regiões pobres e isoladas, sem comunicações, sem mecanismos de socorro ou proteção civil.

«Os sinos hoje já não têm esse papel. Mas, durante séculos, os sinos das igrejas tinham um badalo de acesso público. No caso de haver um incêndio, uma morte, uma emergência, qualquer pessoa podia aceder ao manípulo, sem autorização do padre ou acesso ao interior da igreja, e tocar os sinos a rebate, para chamar a população a reunir-se em frente à igreja. Foi isso que fizemos, naquele [dia] 25 de novembro. Isso não significa que a Igreja Católica tenha tido um papel ativo na mobilização das populações naquele dia.»

O que mobilizou as pessoas foi o ódio aos comunistas, a reverência obediente às figuras prestigiadas do concelho e também a informação de que fora convocada uma outra manifestação, esta de apoio aos paraquedistas, e já reunia centenas de pessoas em frente à base.

Quando os manifestantes da direita moderada foram chegando ao local, constataram que a manifestação da esquerda, convocada pelos sindicatos vidreiros da Marinha Grande, já lá estava. E, a julgar pela hora a que compareceram, concluiu Mário Matias, tiveram conhecimento prévio da ação dos paraquedistas. O que pode ser visto como mais uma prova de que a ordem para a ocupação saiu do Partido Comunista, que por sua vez mobilizou a população da Marinha Grande. Outra prova disso mesmo pode ser o facto de a manifestação esquerdista, tão depressa como se reuniu, assim também terá dispersado, um pouco mais tarde.

Pouco antes das 15 horas, quando José Soares, o presidente da Comissão Administrativa da Freguesia da Bajouca, chegou à base militar com 50 pessoas na camioneta, já lá estavam «os dos sindicatos comunistas da Marinha Grande. Gritavam “Vivam os Páras!”, contou. «E estava

formado em frente à porta de armas, voltado para o exterior, um pelotão de paraquedistas armados.»

Apeou os seus conterrâneos e pediu-lhes para esperarem, enquanto ia à Bajouca «buscar mais uma carrada». Quando voltou à base com mais 50, encontrou os primeiros misturados com a manifestação dos sindicatos. «Saíam daí, não é esta a nossa manifestação», sussurrou-lhes. Mas a confusão estava lançada.

Os chefes da outra manifestação terão pensado que os da Bajouca se queriam infiltrar. José ouviu um deles dizer, apontando para si e para outro bajouquense seu amigo, Amadeu: «Tu e tu, sigam este. Vocês, sigam aquele.»

«Eu e a minha mulher, que estava comigo, começámos a afastar-nos a pé, mas fomos seguidos. Eles sempre um passo atrás de nós. Chegámos [...] à capela, ao pé da porta de armas, onde há uma estrada. O Amadeu seguiu para Monte Real, com uma motosserra às costas. Eu e a minha mulher fomos pelo outro lado. Vieram quatro atrás de nós, outros quatro atrás do Amadeu. [...] Continuámos, até que a estrada terminou e começava o pinhal. A minha mulher estava a entrar em pânico. Nós tínhamos três filhos, a Licínia, de quatro anos, a Inês, de dois, e o Miguel, de três meses. A minha mulher virou-se para mim e disse (até aí não tínhamos trocado uma palavra): “Ó Zé, a Licínia e a Inês já se safam. Mas o Miguel...” As miúdas já comiam qualquer coisa, mas o Miguel ainda estava a ser amamentado.»

«Eu disse-lhe: “Tem calma.” Percebemos que, se continuássemos por ali, pelo pinhal, eles matavam-nos. Era só “ceifar”. Então vi um rancho “juntar mato”. Eram umas dez pessoas. Fomos andando até ao pé deles. Perguntei: “Podemos ficar aqui?” “Podem. Que se passa?” “Estamos a ser perseguidos.” Eles levantaram as enxadas, puseram os outros a andar. Foi a nossa salvação.»

Arranjaram uma boleia para Monte Real, para apanhar a carrinha e continuar o transporte das pessoas. A manifestação de esquerda teria já quase mil pessoas; a outra, os mesmos cem bajouquenses. José telefonou para Tomás Oliveira Dias, questionando-o por estarem tão poucos em Monte Real. «Vamos tratar de tudo», garantiu Oliveira Dias. «Já irá mais gente para aí.»

Até às 20 horas, a carrinha de José Soares andou num vaivém entre a Bajouca e a BA5. Por essa hora, a aldeia ficara quase vazia, pelo que começaram a temer pela sua segurança. José trouxe então alguns homens de volta, e montaram uma barricada no caminho de terra que dava acesso à povoação.

«Às 9 horas tínhamos o piquete montado. Não entrava ninguém sem ser identificado e revistado. Estava frio como o diabo, acendemos uma fogueira de cada lado da estrada. Ficou lá um grupo de homens, com paus e cacetes, alguns com caçadeiras, até às 4 da manhã.»

Em frente à base, a manifestação de apoio ao comandante reuniu mais de mil pessoas. A outra, favorável aos paraquedistas, desapareceu num ápice. O sindicalista Jubelino Colaço, que a liderava, explicaria mais tarde que mandou bater em retirada para evitar um confronto com os outros manifestantes.

A tensão era enorme. Os manifestantes gritavam: «Portugal é do povo, não é de Moscovo!», e outras palavras de ordem anticomunistas. Vários oradores pegaram no megafone para fazer discursos inflamados. José Soares foi um deles, para dizer que o povo estava ali todo reunido para afirmar que «quem manda não são os comunistas, mas o povo». Terminado o discurso, todos voltaram a gritar: «A Base é do povo; não é de Moscovo.» E o megafone foi mudando de mãos. Na sua maioria eram discursos apaziguadores, apelando à calma e à negociação. Mas a sensação de perigo era quase palpável.

«Muitos de nós tínhamos estado no Ultramar. Aqui ninguém conseguia escapar à tropa, só os que fugiram», explicou o autarca da Bajouca. «Percebemos que os paraquedistas tinham as armas engatilhadas, prontas a disparar contra nós. Era só premir o gatilho. Quando o comandante deles mandou pôr em posição de fogo, bem ouvimos que eles puxaram a culatra atrás. Aconteceu duas vezes. Mas também percebemos que eles estavam cheios de medo. Bem vimos como alguns urinaram as calças.»

Do lado dos manifestantes não havia muitas armas. Algumas alfaias agrícolas, umas poucas caçadeiras. Não há porém consenso entre as várias

testemunhas sobre este aspeto. Uns tendem a recordar verdadeiros arsenais de artilharia para enfatizar o poder mortífero das suas convicções. Outros preferem acentuar o carácter pacífico da ação popular, e só se lembram dos gritos e de uma ou outra forquilha empunhada.

José Soares pertence ao primeiro grupo. Descreve assim a situação que se viveu a meio da tarde: «Eram uns milhares de pessoas, organizadas da seguinte forma: logo à frente estava uma primeira fila de homens, agarrados à rede, que quase rebentaram por duas vezes. Logo atrás destes ficavam os que traziam espingardas, bem carregadas. Era tudo gente com experiência de guerra, que sabia manejar uma arma. Mais na retaguarda, o resto do povo trazia forquilhas, foices e outras alfaias.»

Nas imagens gravadas na altura pela RTP não se vislumbram forquilhas, e muito menos armas de fogo. O que se vê são muitos homens (quase nenhuma mulher) avançando, a pé ou de motorizada, em direção à base, onde se juntam decerto mais de mil manifestantes. Os mais jovens têm cabelo comprido e calças à boca de sino. Quase todos envergam casacos puídos, rotos, de golas largas, alguns trazem bonés na cabeça, uns quantos exibem grandes bigodes.

São indisciplinados. Gritam de braços no ar, todos ao mesmo tempo, com palavras de ordem sobrepostas, dedos a fazer o V de vitória ou com os indicadores no ar. Ninguém cerra o punho. «Se isto não é o povo, onde é que está o povo?», gritam. «Somos o povo. Somos a maioria.»

Segundo José Soares, o momento em que os paraquedistas realmente se assustaram foi quando alguém, entre a multidão, levantou bem a voz para dizer: «Daqui ninguém arreda pé. Podemos morrer meia dúzia, mas de vocês morrem muitos mais. De vocês não fica nenhum.»

Como circulassem rumores sobre a integridade física do comandante da base, uma voz na multidão fez ouvir uma exigência: «Ou nos mostram o comandante, ou arrombamos a grade e a porta.» E todos repetiram: «Comandante da base, aqui, já!»

Pouco depois, o coronel Fernando Seabra, fardado, de patilhas compridas e bigode, era trazido à frente, para que todos comprovassem que estava vivo. Foi-lhe dado um microfone.

«Amigos», dirigiu-se ele à multidão. «Foi-me pedido para vir dizer-vos algumas palavras, e eu faço-o com uma esperança: de estar a falar para um povo ordeiro, estar a falar para um povo que vai entender a linguagem de um homem que nada mais quer nem quererá do que o bem do povo.»

Palmas. Gritos de: «Vitória! Vitória!»

«Agradecia, justamente por isso», continuou Seabra a improvisar, «que tivessem a calma suficiente, a mesma que eu tenho procurado manter, para ouvirem o pouco que tenho para vos dizer. Neste momento, sinto uma responsabilidade grande sobre os meus ombros. É a responsabilidade que me foi dada, hoje talvez mais do que nunca, pelos homens que comando. Pedia-vos que não hostilizassem, de modo nenhum, os paraquedistas que aqui estão. É um pedido que vos faço como amigo e como alguém que quer profundamente a paz. Não vamos permitir, vocês não vão permitir que algo aqui dentro tenha de ser minimamente violento. Pediram-me para vos ler uma moção, que foi aprovada, não por unanimidade, é certo, mas por larga maioria dos homens que comando. E eu vou fazê-lo, lançando um apelo para a calma que terá de haver, mesmo no apoio que vão dar, ou não, ao que vou ler.»

E passou à leitura do documento: «Moção da Base Aérea 5, dos oficiais, sargentos, praças e civis. O pessoal militar e civil da Base Aérea 5, repudiando energeticamente a profunda traição de que foi alvo por parte de forças de paraquedistas rebeldes, que, durante a noite, ocuparam a unidade, utilizando para o efeito um inconcebível aparato bélico ofensivo e mantendo presos sob coação das armas os indefesos militares da base 5, apanhados de surpresa pelo golpe, e tendo sequestrado o comandante da unidade, condenam unanimemente este golpe aventureirista e contrarrevolucionário. E declaram-se solidários com o chefe do Estado-Maior da Força Aérea e com o comando da unidade, únicas entidades a que declaram obedecer.»

O povo gritou: «Apoiado! Apoiado!» E o comandante concluiu, agradecendo a presença dos manifestantes, mas pedindo-lhes que se fossem embora.

«Pedia-vos que compreendessem que, apesar de tudo, estamos numa unidade militar e, como tal, não devemos ter, ainda que muito amigos nos sejam, civis à nossa porta [...] A solução do conflito passa por uma solução militar, e vai tê-la. Estará por certo nos objetivos dos nossos chefes resolvê-la com paz [...] Havemos de chegar a soluções, pá.»

É claro que ninguém arredou pé.

Dentro da base, as coisas não estavam fáceis para os paraquedistas. O coronel Seabra fora acordado às 8h15 com um telefonema do seu oficial de defesa, informando-o de que a unidade fora ocupada durante a madrugada. Acordou os outros oficiais, pegou na arma, que guardava ao lado da cama, carregou-a e empunhou-a, saindo para o corredor. Defrontou-se com o comandante dos ocupantes, capitão Marçalo, que o informou da situação: os paraquedistas tinham a base controlada.

Seabra não disparou; entregou a arma, deu ordem ao grupo de segurança da base para que fizesse o mesmo, e foi detido no seu quarto. Daí em diante, no interior da base, só os paraquedistas tinham armas.

O capitão Marçalo quis fazer um plenário no hangar, mas o pessoal recusou-se. Tentou fazê-lo com um outro militar, capitão Martins Jorge, que se autoneou comandante da base, mas a maioria do pessoal não compareceu. Marçalo foi então ao quarto de Seabra, pretendendo discursar ao lado dele à janela. Disseram-lhe que só o ouviriam quando desarmado, condição que Marçalo não aceitou. Combinou com Seabra um outro método. Explicar-lhe-ia as razões da ocupação, razões que ele, Seabra, da janela do seu quarto, ao lado de Marçalo, repetiria depois ao pessoal da base.

E foi assim que o coronel Fernando Seabra, comandante da BA5, sob sequestro, explicou aos seus subordinados as razões que levaram o capitão Marçalo, a seu lado, a ocupar militarmente aquela mesma unidade, à frente de um pelotão de 25 paraquedistas.

Segundo Marçalo, por intermédio de Seabra, a operação deveu-se à decisão do chefe de Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA), general Morais e Silva, de extinguir a base-escola de tropas paraquedistas. O objetivo era reverter a decisão e demitir o CEMFA. Os militares da base não ficaram

muito impressionados com esta explicação. Alguns reagiram mesmo com indignação, e só não se tornaram agressivos porque Seabra fez um apelo veemente à calma, para evitar confrontos que seriam trágicos.

Com o passar das horas, e à medida que a situação no país tendia a resolver-se a favor dos moderados, também na Base de Monte Real a razão ia pendendo para o lado das autoridades legítimas da unidade. Marçalo e os seus paraquedistas insubordinados mostravam-se afetados pela convicção e a persistência da manifestação popular. Por outro lado, tardavam as ordens ou instruções superiores sobre o próximo passo a dar. As informações sobre o que se passava nas outras bases ocupadas eram confusas e contraditórias.

A certa altura, já cerca das 19 horas, perante a algazarra cada vez mais ensurdecadora da multidão lá fora, Marçalo admitiu abandonar a base com os seus homens, desde que o pudessem fazer sem uma rendição, mantendo as suas armas. Seabra não se oporia a isso, compreendendo que obrigá-los a depor as armas seria uma humilhação muito forte. O problema residia nos manifestantes, que exigiam a rendição total.

Decidiram então contactá-los. O segundo-comandante da base, capitão Nazário, saiu para falar com os «notáveis» da manifestação. Encontrou, logo ali à frente, um homem seu conhecido, António Zúquete, a quem pediu que o acompanhasse até ao interior da base, em representação dos manifestantes.

«Cheguei lá, à sala dos oficiais, e estava tudo sequestrado», contou-me Zúquete. «Estavam fechados, mas os paraquedistas não estavam a guardá-los. O comandante começou por dizer: “Eh, pá, nós queremos agradecer muito o vosso apoio e tal, nunca nos esqueceremos disto...” Naquela altura, os paraquedistas já não sabiam o que fazer, e a malta da base estava a tentar encontrar as condições para eles poderem sair. Estavam desesperados. Alguns choravam. Um, que era sargento e disse chamar-se Chico, disse-me: “Tenho o pressentimento de que não vou sair daqui vivo.” E desculpava-se: “Mandaram-nos para aqui, eu pensei que era uma coisa administrativa, para reclamar melhores condições [...] não sabíamos que era isto.”»

E continua Zúquete o relato: «A grande questão agora era: saem com as armas ou não? Eu sugeri que sim, para não ser uma humilhação para eles. O comandante concordava, mas seria preciso ir perguntar ao povo na manifestação. Entretanto, chega uma mensagem dizendo que o chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Morais e Silva, queria falar comigo. Fui levado para o Centro de Comunicações, para estabelecer uma ligação com Morais e Silva. Mas, no caminho, ao sair da sala dos oficiais, apareceu-me o capitão Marçalo, comandante dos paraquedistas, que me impede de prosseguir. Disse que não autorizava que eu falasse com o CEMFA.»

Conta Zúquete que se gerou uma curta mas azeda discussão, que terminou com uma ameaça de Marçalo: «Eu vou saber quem você é, e um dia vamos encontrar-nos e ajustar contas.»

«Como eu estava ali, ele deve ter pensado que eu era o chefe dos manifestantes, o que não era verdade», recorda Zúquete. «Fixei-o nos olhos e respondi: “Então olha bem para a minha cara. Para que não te enganes.”»

Zúquete saiu da base, onde esteve cerca de duas horas, para conferenciar com os outros líderes da manifestação. Não foi fácil convencê-los. «Já perderam, mas é melhor deixá-los sair com as armas, ou seria muito indigno para eles», explicou Zúquete a Tomás Oliveira Dias, a Mário Matias, a outras figuras de relevo do PSD e do PS, e ao próprio José Soares, da Bajouca.

António Zúquete ainda voltou à base, saiu de novo, até estar negociada uma forma de rendição que permitisse salvar a face dos paraquedistas. Começaram a abandonar a base já de madrugada, às 2h30, passando ordeiramente, de olhos baixos, com as suas armas, diante da população, que aplaudia e cantava o hino nacional. Os manifestantes dispersaram cerca das 4h30.

UM ANO APÓS A REVOLUÇÃO DO 25 DE ABRIL DE 1974,

que restituiu a liberdade e a democracia a Portugal após 48 anos de ditadura, o país estava à beira da guerra civil. Os interesses geopolíticos antagónicos entre os dois blocos ideológicos dominantes dividiam a população. Vivia-se um clima de tensão permanente, aliçado na certeza da derrota de quem disparasse a primeira bala.

Na madrugada de 24 para 25 de novembro, várias bases aéreas nacionais foram ocupadas por paraquedistas, numa tentativa de golpe a que imediatamente se opôs um grupo de militares dirigido por Vasco Lourenço e Ramalho Eanes e apoiado pelos principais partidos moderados. A dúvida sobre quem teria dado a ordem para a ocupação das bases militares persiste desde então. Sabe-se, porém, que a cisão que culminou nas ações daquele 25 de novembro não nasceu nem desapareceu com uma sublevação de paraquedistas. Representa uma fratura antiga e complexa da sociedade portuguesa, que não só permanece, como parece ter-se aprofundado.

Numa investigação reflexiva às origens de um país dividido, Paulo Moura falou com historiadores, politólogos, sociólogos, políticos, sindicalistas, jornalistas, e com quem viveu aquele dia junto às movimentações populares, para compreender que parte do país de hoje é devedora daquela madrugada que, cinquenta anos volvidos, tantos querem celebrar.



Penguin
Random House
Grupo Editorial

www.penguinlivros.pt

f editoraobjectiva
@ penguinlivros

ISBN: 978-989-583-573-7



9 789895 835737